

MAUSS, Marcel. **A Nação**, São Paulo, Três Estrelas, 2017, 359 p.

Jayme Lopes*

Marcel Mauss (1872 – 1950) tem sua popularidade relacionada aos trabalhos como antropólogo, principalmente a partir de sua obra clássica *Ensaio Sobre a Dádiva*. Sem dúvida este trabalho é um marco da Antropologia Francesa, que conseguiu sistematizar questões relativas à reciprocidade em sociedades arcaicas e é, hoje, constantemente resgatada como um dos modelos interpretativos sobre os fundamentos da solidariedade nas sociedades contemporâneas.

A obra resenhada aqui *A nação*, se junta a concepção da revista *Année Sociologique* realizada em parceria com seu tio Emile Durkheim, como uma das poucas incursões sociológicas do autor. Organizada e compilada por Marcel Fournier e Jean Terrier, reúne uma série de fragmentos escritos ao longo dos anos da década de 1920 após seu retorno do serviço militar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Por essa questão, a dimensão histórica da guerra é uma grande influenciadora desta obra. Há indícios que “permitem supor que Marcel Mauss já projetava um livro sobre a nação quando se encontrava na linha de frente do conflito” (p.14). Sendo assim, *A nação* pode ser percebida também como “um projeto de pacificação duradoura das relações internacionais”. (p.24).

Além da busca pela paz, a obra versa sobretudo a respeito do desenvolvimento morfológico de uma nação, através de um amplo esforço pela totalidade da definição do fenômeno e dos parâmetros aos quais tenderiam todas as sociedades. Principalmente por que, nas décadas do século XX, nação “[...] era um termo relativamente recente na linguagem técnica de juristas e filósofos e mais ainda na linguagem dos povos em si” (p.57).

*Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Mestre em Antropologia Social e Política pela Faculdade Latino-Americana de Ciências

Sociais (FLACSO). É membro do grupo de pesquisa em Elites Políticas Brasileiras (EPB/PUC-Rio).

E-mail: jaymekrlopes@gmail.com; Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-5162-812X>

Contudo, é importante que se diga que se trata de um livro inacabado, que não seria publicado nem se quer concluído de fato durante vida. E, após a morte de Marcel Mauss, apenas fragmentos seriam colocados à disposição do público. Muito desta condição se deve a interrupção constante da escrita por uma congestão pulmonar, por seu engajamento político e pela sua dedicação a outros trabalhos.

A respeito da organização da obra, *A nação* primeiramente tem análises escritas por Jean Terrier e Marcel Fournier: “A nação: uma expedição no campo normativo” (p.10) e “Notas sobre o estabelecimento do texto” (p.38). Já ao final, um anexo escrito por Florence Weber denominado “Para além da grande partilha” (p.341).

No que diz respeito a obra exclusivamente de Mauss constituem as partes: “A nação, ou o sentido do social” (p.46), “Da nação como gênero de sociedade” (p.56), “As relações internacionais, ou Do internacionalismo” (p.94) e “Das nacionalizações, ou Do socialismo” (p.182).

O ponto inicial destes escritos parte da caracterização uma sociedade que merece ser reconhecida como uma nação. Para isso, o autor se dedica inicialmente a encontrar as preposições que justifiquem tal classificação, relacionando as mudanças sociais que levam a uma organização política e social estável, integrada e relacionada a um poder central.

A estabilidade e integridade aparecem neste sentido como questões centrais para Mauss. Ao ponto de julgar que, no absolutismo francês ou inglês, ou mesmo na era dos Czares russos, a instabilidade criada através da separação entre soberano e cidadão caracteriza Estados que não mereciam ser chamados de nação. Apenas poderia ter tal denominação “uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, fronteiras definidas, relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, os quais aderem conscientemente ao Estado e a suas leis” (p.70).

Em uma segunda questão chave para definição de uma nação, estaria na unidade econômica como uma necessidade material. Nesta condição, seria imprescindível o desenvolvimento de um direito público central nas nações modernas, e resultado do estado econômico da sociedade.

Para tanto, Marcel Mauss classifica a vida econômica de uma sociedade em três fases: a (1) economia fechada que remete aos clãs e famílias, e a produção de subsistência; a (2)

economia urbana que se relaciona a multiplicação das cidades e a invenção da moeda, e finalmente a (3) economia nacional que constitui sistemas de troca interurbanos e rurais, que alterariam as necessidades e os recursos dos povos com “volume e densidade cada vez maiores” (p. 77).

Mauss deixa claro que o aumento da força e da riqueza das nações resultou não em uma uniformização das civilizações, mas sim em uma profunda individualização da nação e das nacionalidades. Assim, florescem as diferenciações entre Estados, da história, das artes, da política, do direito e dos interesses, criando civilizações vastas e particulares. Para o autor, conflitos econômicos nacionais, as rivalidades diplomáticas e militares por sua vez, só vieram a acirrar os esforços por independências e singularizações.

Igualmente como a noção de cidadão, que simbolizaria a totalidade dos direitos de um membro desta nação singular e a noção de pátria, refletindo a totalidade de deveres que tem o cidadão com a nação e seu território.

A questão da língua também é algo de extrema relevância. A coexistência entre língua e nacionalidade resulta na “[...] reivindicação ainda surda, mas que sempre esteve latente, da nação aos que falam sua língua” (p.86). Assim, “[...] os critérios linguísticos serviram de argumento, a quantidade de vocábulos de léxico ou da onomástica geográfica passível de indicar tal ou qual coisa em termos de origem foram objeto de discussão” (p.86).

Também se nota a abordagem a respeito do internacionalismo ou multilateralismo, que ocupa um lugar arquetipo dentro da obra de Marcel Mauss. Em sua análise, a formação de grupos cada vez maiores “[...] é uma das leis mais bem constatadas da história” (p. 97). Onde a nação é o resultado de trocas e empréstimos, sejam de costumes ou de técnicas, econômicas, linguísticas ou jurídicas, “mergulhadas em um banho de civilização” (p. 100).

Também há um espaço dedicado a análise dos pontos de colisão, contato e reciprocidade, que dariam origem as relações internacionais. Uma delas é a dependência econômica entre nações e “[...] de certo tom do mercado mundial, particularmente o dos metais preciosos, padrão de valores” (p. 103). Padrões estes, igualmente relacionados às técnicas, estéticas, religiões, fatos jurídicos e fatos linguísticos segundo Mauss.

Neste quadro os fatos linguísticos tomam ainda mais importância, sobretudo, por serem marcas de oposição entre uma nação e outra. É por meio da língua e por causa de suas línguas, que uma sociedade aparenta ser impenetrável a outra. Da mesma forma que linguagens especiais como o Latim ou o Grego extrapolam a partir das sociedades e nas sociedades, tanto a partir de técnicas, quanto de religiões e das artes.

Por este caminho, “a retórica, a lógica grega, a dialética e a sofística ainda são a base de

nossa mentalidade” (p. 115), bem como, o desenvolvimento da economia e do direito veio “acompanhado por uma linguagem específica e idêntica em todo canto” (p.116).

Outra questão é a dimensão morfológica. Marcel Mauss chama assim, estradas, meios de comunicação e grupos intersociais, guerra e paz, subordinação e colonização. É importante destacar que as estradas e os meios de comunicação tornaram as trocas possíveis e necessárias para todas as sociedades, produzindo uma “vascularização de circulação intensa e forte” (p.125). À medida que a intensidade e a instantaneidade das informações aumentaram, tornou-se mais palpável a interdependência entre nações.

A obra deixa clara a influência das questões sobre guerra e paz. Segundo Mauss, a guerra pode ser tão antiga quanto a humanidade, mas todo o progresso da humanidade “consistiu não em uma redução do custo das guerras, mas em certa redução de sua frequência [...]” (p. 121). Para o autor, a necessidade de paz é tão antiga quanto as tendências bélicas.

A obra se propõe a idealizar uma sociedade plena e uma nação em estado de paz. Este estado de paz só se compreende nas nações senhoras dos seus destinos econômicos e capazes de préstimos recíprocos acima dos particulares. Por este caminho, é apontado o socialismo como um dos processos inerentes a este desenvolvimento, que seria para o autor, “algo mais amplo que os sistemas socialistas; é um movimento social moderno [...]” (p. 190), sendo “um conjunto de ideias, forças, grupos que tendem a regular, pela nação, a vida econômica como um todo” (p. 191).

Ao final, levando em consideração os limites de uma obra inacabada, nos parece que *A nação* além de atentar para uma reflexão dinâmica sobre a construção das nações e dos internacionalismos, é um documento notável para uma compreensão de seu autor Marcel Mauss, e de sua época. Mas é sobretudo um tema de análise extremamente contemporâneo, principalmente quando pensamos no ressurgimento de grupos políticos nacionalistas de extrema direita, que tem em seu discurso o resgate de uma suposta nação originária.